

## **Confidencial e sigiloso: Os registro do DOPS/ES sobre jornalistas<sup>1</sup>**

Cunha, Karolina Dias (mestranda); BRUMANA, Luiz Fernando da Silva (mestrando);  
FURTADO, Marcello França (mestrando)<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Espírito Santo/ES

**Resumo:** As duas décadas de Ditadura Militar foram marcadas pela repressão e pela censura. Os alvos eram variados, e os mais recorrentes eram aqueles grupos, que apresentavam algum tipo de resistência ou entoavam algum questionamento ao regime, entre eles a categoria dos jornalistas. No estado do Espírito Santo, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES), criada em 1930 e que intensificou seu trabalho durante o período dos militares no poder, era a instância responsável por fiscalizar os profissionais da informação, investigando os seus históricos e muitas vezes, perseguindo os profissionais. Tendo em vista, a documentação preservada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, qual reúne: pedidos de informação, dados dos jornais e relatórios sobre a organização de classe. Este artigo pretende expor como esse órgão funcionou e quais foram os impactos de sua atuação para a categoria dos jornalistas no Espírito Santo.

**Palavras-chave:** Ditadura, repressão, Espírito Santo, jornalismo, DOPS

Na parte superior da folha de papel timbrado, um carimbo chama a atenção em vermelho: "Confidencial". O detalhe faz de um dos documento da período da Ditadura Militar conservados no Arquivo Público do Espírito Santo, onde há uma pasta repleta de outras laudas sigilosas. São pedidos de busca ou de informações expedidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), um dos órgãos de repressão daquele sistema autoritário. O alvo das investigações, os jornalistas que atuavam principalmente nos veículos

- 
- 1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Alcar Sudeste, 2016.
  - 2 Karolina Dias da Cunha, arquivista, graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/2013), mestranda em História Social das Relações Políticas (Ufes), email: karolinadc@gmail.com  
Luiz Fernando da Silva Brumana, Jornalista, graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Vila Velha (UVV/2010), colunista de Política do jornal A Tribuna, licenciado em Língua Portuguesa e Literatura (Centro Universitário São Camilo–ES/2012), mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail:brumanaluiz@gmail.com  
Marcello França Furtado, arquivista, graduado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/XXX), mestranda em História Social das Relações Políticas (Ufes), email:



de comunicação da capital do Estado e grandes cidades do interior. Era um período perigoso e conturbado para qualquer profissional da imprensa. Afinal, os militares, desde os primeiros meses subsequentes ao Golpe Civil-Militar de 1964, já davam claras demonstrações de pouca paciência para com os questionamentos dos profissionais da informação.

Os repórteres, correspondentes e até donos de jornais, ninguém que parecesse uma ameaça fugia à tentativa de fiscalização implacável dos “revolucionários”. No campo prático, a estrutura disponibilizada pelo Estado para o serviço era grande e aumentava cada vez mais no decorrer das duas décadas de ditadura. No campo jurídico a lei respaldava as ações que hoje soariam como, no mínimo, uma invasão de privacidade. O DOPS/ES tinha poder para agir como bem entendesse.

A delegacia articulava uma rede de informações, de suma importância para o fortalecimento do Regime Militar, sendo realizadas trocas de informações consideradas estratégicas para a ação contra os subversivos entre as agências e os órgãos de vigilância, tanto em nível local, interestadual ou nacional. Outra forma de comunicação desta estrutura era motivada pela constante “teoria da conspiração” criada sobre comunistas e o mito sobre um medo constante de invasão e tomada do poder por estes no país. A vigilância a todo o momento é perceptível quando se debruça sobre as centenas de ofícios circulares que eram encaminhados a dezenas de setores dentro da estrutura governamental, sejam emitindo avisos ou solicitando informações.

O início das atividades de vigilância, controle e preocupação por parte do Governo Brasileiro realmente se inicia de forma oficial com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) em 1927, que tinha apenas o caráter consultivo sobre a intensa atividade política na década de 1920 como o Movimento Tenentista e o Movimento Operário. Ao longo dos anos do governo de Getúlio Vargas, essa estrutura se modificou algumas vezes com a criação de braços e subdivisões específicas, visando ampliar suas ações e fortalecer o papel do Estado. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria as preocupações passaram a serem outras, as questões ideológicas que ameaçavam a estrutura social e econômica, o que encaminharia para um pesado sistema repressivo nos anos que sucedeu a Ditadura Militar com os apoios estaduais como a Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo - DOPS/ES.

Outro importante ponto a se destacar aqui, antes de iniciar as reflexões mais profundas, é apontar sobre os usos desse controle de informações por parte do governo brasileiro. A partir disso, é necessário elencar o conceito de Atividade de Inteligência; significativo ao poder do Estado e a justificativa aos usos informacionais para o entendimento da sociedade que governa:

A definição de inteligência como coleta e análise de informações que interessam à segurança nacional também é muito imprecisa, uma vez que o próprio conceito de segurança nacional é obscuro. Os interesses de segurança nacional estão diretamente relacionados ao tipo de governo, de regime político e com o contexto sócio-econômico. As ameaças podem incidir tanto sobre aspectos internos quanto externos de um país. Quanto mais fechado for o regime, mais o governo está propenso a enfatizar a segurança interna e preocupar-se com a repressão política dentro do próprio território. (ANTUNES, 2011, pag. 18).

### **O DOPS e os jornalistas capixabas**

A repressão política tinha no DOPS um de seus alicerces. No Espírito Santo foi criada na década de 1930. O presidente Getúlio Vargas nomeou o militar-interventor João Punaro Bley (1930-1935) para administrar o Estado. Segundo Junior (2014), como ele não tinha relação com a política local, mesmo sendo capixaba, optou por se respaldar na forma de governo federal e criou, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 129, de 27 de novembro de 1930, o cargo de Delegado de Ordem Social, que era subordinado à Delegacia Geral.

Em pouco tempo o cargo de Delegado de Ordem Social, criado foi elevado no organograma governamental e se tornou o titular da Delegacia de Ordem Política Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Agora também buscou-se fiscalizar e perseguir os indivíduos ou grupo com caráter ideológico incompatível com o governamental, principalmente da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), todos com cunho comunista. A maioria dos membros de ambos foram fichados.

Uma nova reestruturação do DOPS/ES ocorreu em meados da década de 1940. O órgão se juntou à Delegacia de Estrangeiros e com a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, o que aumentou sua estrutura e também suas atribuições. Outras mudanças aconteceriam em poucos anos. Foi por meio do Artigo 5º da lei estadual n.719/1953 que a estrutura da Polícia Civil foi redefinida com cinco delegacias, uma das mais importantes continuava sendo o DOPS.

A estrutura das delegacias era prevista em lei, dividida em três áreas: gabinete do delegado, cartório e pessoal. Já as atribuições do DOPS estavam previstas no artigo 21 da lei Estadual nº

719/1953 (FAGUNDES, 2011). Entre elas: a competência por matéria relacionada a crimes e contraversões referentes à organização do trabalho, à paz pública, à fé pública e à administração pública. Ou seja, tudo que poderia ameaçar a proposta de governo dos militares. Além disso, tinha competência sobre estrangeiros e pela “execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil”.

A lei estava concedendo a autorização e a autonomia legal para que os membros do DOPS/ES investigassem qualquer indivíduo. A gama de assuntos de sua competência também se viu quase ilimitada. Os meios para atingir seus objetivos poderiam até mesmo ser clandestinos que a lei avalizava.

A partir dos anos finais da década de 1960, com o surgimento de órgãos de repressão comandados diretamente pelas forças armadas – CEI, CISA, DOI-CODI – a elaboração e a circulação de informações modificaram o volume e a forma de atuação do DOPS/ES. Isso porque para cumprir suas novas tarefas esses órgãos produziram e fizeram circular – em caráter sigiloso – conjuntos documentais amplos e diversificados, constituído por pedidos de busca, atentados de conduta ideológica, inquéritos policiais, dossiês, fotografias, jornais, panfletos e cartazes. (FAGUNDES, 2011, pag. 304)

No Espírito Santo, um dos titulares da Delegacia de Ordem Política e Social foi Cláudio Guerra, que já havia passado antes pela Delegacia de Roubos e Furtos. Mas não foi a experiência nesta área que lhe fez assumir o cargo. O delegado já havia atuado em outros estados e atendido as expectativas dos militares, principalmente no que tange a eliminação de adversários do regime. Medeiros (2012) destaca que ao assumir o DOPS, Guerra ganhou destaque na imprensa local, junto à sociedade e aos políticos, inclusive recebendo uma série de homenagens e estampando manchetes.

O encantamento com o titular do DOPS só acabou quando foi veiculada a participação dele no assassinato da colunista Maria Nilce Magalhães, que exercia o papel de algoz da elite, a qual Guerra era muito próximo. O crime, ocorrido em 5 de julho de 1989, chamou atenção da imprensa nacional. Naquela época o DOPS já havia sido extinguido, mas a polícia política ainda estava presente na estrutura do governo. Esta só veio a extinção em 1991. Na ocasião, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei que transferiu todos os documentos da antiga delegacia e da polícia política para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A relação de documentos está disponibilizada no endereço online do Arquivo Público<sup>3</sup>. Entre eles há três dossiês que tratam da fiscalização aos jornalistas e aos meios de comunicação

---

<sup>3</sup> Endereço online: [www.ape.es.gov.br/](http://www.ape.es.gov.br/)



capixabas. Até mesmo o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo era acompanhado de perto pela repressão.

O primeiro dossiê intitulado “Investigação sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão” conta com 129 páginas e consiste em comunicações internas entre os órgãos de segurança com pedidos de informação e busca, além de alguns relatórios. Os documentos abrangem principalmente a segunda metade da década de 1970, como já pontuado anteriormente, o período entre a transição dos governos de Médici e Geisel. O primeiro ficou conhecido pelo excesso de comunicados de censura e maior rigor no combate aos considerados subversivos, o segundo presidente citado iniciou o processo de distensão do regime, porém a prática de tortura e tentativas de controle social ainda existiam durante sua permanência no poder.

O dossiê sobre a investigação aos profissionais da imprensa realça que a perseguição aos membros do mercado não distinguia funções. Todos estavam sujeitos à fiscalização, do repórter ou dono do jornal. O pedido de busca nº 12/75 expedido pela Secretaria de Segurança do Espírito Santo e enviado à Polícia Militar do Espírito Santo, ao SII, ao DOPS/ES, ao 38ª BI, à Delegacia de Polícia de Cachoeiro de Itapemirim evidencia tal afirmação. O alvo era Solimar de Oliveira, proprietário do jornal *Correio do Sul*, em Cachoeiro de Itapemirim. O documento, datado de 07 de janeiro de 1975, solicitava informações sobre antecedentes criminais, linha ideológica e outros dados julgados úteis sobre a vida do jornalista.

No dia 24 de janeiro, uma resposta foi enviada pelo chefe do SII-DOPS/ES, Domingos de Souza Freitas, à Secretaria de Segurança Pública informando que nada consta sobre antecedentes políticos, ideológicos e sociais de Solimar naquele órgão.

Vale ressaltar o tempo de retorno dos órgãos de repressão neste episódio. Pouco mais de 15 dias, uma resposta sobre dados de determinado indivíduo já havia chegado ao seu destino. Em um época na qual e-mail e internet ainda não existiam, duas semanas é um período considerado rápido para um levantamento documental. Isso constata a atenção que foi dado ao caso do jornalista cachoeirense pelo repressão.

Além disso, ao analisar o tempo, constata-se o nível de interação e colaboração que os órgãos ligados à Segurança Pública desempenhavam no Espírito Santo, atuando em rede. Tal rapidez, vale ressaltar, não é uma constância no emaranhado sistema de órgão de repressão no Brasil.

Em âmbito nacional, as informações confidenciais também eram trocadas entre aqueles que tinham a função de garantir a “segurança da população” até mesmo em regiões diferentes. O





Ministério da Justiça, por exemplo, enviou um pedido de informação aos órgãos repressivos do Espírito Santo em busca de dados sobre Fernando Gasparian, paulista e sócio-gerente da Editora Inubio, que editava o caderno e o semanário “Opinião” em São Paulo.

O documento descreve que a publicação apresentava “natureza tendenciosa nas matérias” e que Gasparian não havia registrado suas publicações no Órgão de Censura Federal, alegando, em depoimento na sede do Serviço de Censura de Diversos Públicas, no Rio de Janeiro, que não era uma revista e sim um livro. O Ministério determinou a censura a partir de 19 de agosto do seguinte ano (ou seja, 1975) e ainda enviou a decisão a todos os DOPS do Brasil para a ciência de toda a estrutura repressiva. Em uma das cláusulas do documento, ainda ressaltou um pequeno histórico da vida partidária do jornalista, que passou pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e depois, durante o bipartidarismo, ingressou no MDB.

Outro documento que constata a interação do sistema repressivo em todo o território nacional é a difusão enviado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro de um material considerado subversivo no *Jornal do Brasil*. Uma das reportagens da edição de 10 de janeiro de 1976 fazia menção ao romance-reportagem “Lúcio Flávio – o passageiro da agonia”<sup>4</sup>. Mesmo com circulação do periódico restrita à principalmente a região Sudeste, vários DOPS foram informados sobre o teor da publicação, inclusive Alagoas, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Quando um indivíduo se mostrava “ameaçador” ao regime era feito um levantamento de seu histórico, até mesmo trabalhista. Se necessário, informações eram solicitadas a outros estados. No caso do jornalista Gutemberg Ferreira Sobrinho, que atuava em *O Diário*, em meados de 1977, o SII-DOPS/ES enviou o pedido de busca nº 12/77 à Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro.

O motivo, Gutemberg era carioca e já havia atuado em periódicos no Rio de Janeiro. As autoridades capixabas já sabiam a filiação e o endereço do jornalista em Vitória. Buscavam elementos sobre o seu passado. Queriam saber o motivo que foi demitido das empresas que já atuou, sua formação ideológica e política e possíveis processos criminais. No final da solicitação, uma observação; “Resposta com a urgência possível”.

Mesmo pedindo rapidez, os cariocas só foram responder aos capixabas 10 meses depois,

---

<sup>4</sup> A obra literária assinada pelo escritor José de Jesus Louzeiro e foi lançada em 1976 pela Editora Civilização Brasileira. Ela consiste em crônicas policiais sobre o Esquadrão da Morte, no Rio de Janeiro. Foi adaptada para o cinema em 1975.



quando informaram que sobre Gutemberg não havia registro algum de antecedentes políticos, nem ao menos filiação ao Sindicato dos Jornalistas daquele estado.

Entre as páginas das investigações sobre os jornalistas, há um relatório escrito a mão, datado de 01 de fevereiro de 1976. Em caráter informal, ele confirma a existência de ficha cadastral sobre Antônio Carlos de Campos, vulgo Homero. Ele nasceu no Espírito Santo, atuava como repórter do jornal *O Momento* e era militante do PCdoB de Cachoeiro de Itapemirim, inclusive com doações em dinheiro para o partido. Naquela data estaria aguardando julgamento em liberdade.

O relatório ainda informava que consta nos arquivos do Estado mais de 20 dossiês sobre jornalistas de Vitória e adjacência. Um número considerável se levarmos em consideração que o mercado dispunha de pouco mais de 80 profissionais na década 1970. Entre os pedidos de busca que suscitaram dossiês ou mesmo levantamento de dados sobre os jornalistas capixabas ou de outros estados reunidos no material do DOPS/ES estão os referentes a Marcos José de Aguiar Alencar, Djalma Juarez Magalhães (proprietário do *Jornal da Cidade*); Sérgio Buarque Gusmão (editor do jornal esquerdista *Movimento*); José Arthur Rocha, redator do Eldorado Publicidade, em Vitória; e aos jornalistas cariocas Silvio Coelho e Alexandre Tanure.

Nas diversas modificações do DOPS, as quais foram se acumulando atribuições, o órgão passou também a fiscalizar a permanência de estrangeiros no Estado, como já dito anteriormente. Se a “visitante” for ainda uma jornalista correspondente de uma publicação considerada subversiva, era um prato cheio para os agentes da repressão. Assim se iniciou a busca pela chilena Clara Luz Diaz na ilha de Vitória. O Pedido de Busca foi expedido pelo Exército Brasileiro, especificamente pela unidade de Vila Velha, o 38ª BI, em 19 de maio de 1976, e enviado, entre outros, ao DOPS/ES. A jornalista escrevia para o jornal “*Decision*”.

Neste caso, o SII capixaba demorou para agir. Uma sindicância foi aberta apenas no dia 19 de janeiro de 1977. Ou seja, quase oito meses após o primeiro pedido de busca contendo o nome da jornalista. O documento é assinado por Mário Rodrigues Ferreira, responsável pelo Serviço de Investigação e Informação no Estado. Quem procedeu a busca foi o detetive Hélio Martins, que apresentou o resultado do seu trabalho no verso do documento oficial do SII. Declarou:

“Em cumprimento da Ordem de Serviço, estive em vários hotéis e pensões e não pude localizar a pessoa indicada. Sendo assim espero outras informações para melhor localizá-la, por que as informações constante na presente são muito vagas” (HÉLIO MARTINS, detetive, documento do Dops, Arquivo Público)

Já que a busca se mostrou infrutífera, poucos meses depois um documento de “nada consta” sobre Clara Luz Diaz foi expedido pelo SII-DOPS/ES. No documento também haviam quatro carimbos. Um com a palavra “Confidencial” em fonte vermelho e outro do próprio Serviço de Investigação e Informação para legitimar os dados. Um informando que o sigilo também é de responsabilidade do destinatário e o último com a irônica frase: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”. Um exemplo de como, após mais de 10 anos, os “revolucionários” propagavam e promoviam a manutenção da filosofia que motivou o Golpe Civil-Militar.

Os militares que atuavam no Espírito Santo também estavam atentos a forma que a imprensa internacional noticiava o regime militar brasileiro. Em 29 de abril de 1977, o 38ª BI enviou um documento à Secretaria de Segurança Pública do Estado com uma cópia da revista venezuelana “Elite”, de 28 de fevereiro daquele ano, com uma reportagem intitulada “O Perigo Brasil – A Ameaça Gorila”, de autoria de Xinena de Prado.

Na segunda quinzena de novembro de 1977, uma palestra movimentou a ilha de Vitória e foi acompanhada de perto pela repressão. Era o jornalista, escritor e teatrólogo Plínio Marcos que veio à capital do Espírito Santo a convite do departamento de Palestras do D.A.U.A.F da Ufes e da Fundação Cultural para lançar o seu livro “Inútil canto e inútil pranto pelos anjos caídos”. O evento ocorreu no Theatro Carlos Gomes, antes da estreia da peça “*Dois perdidos em uma noite suja*”, também de sua autoria. A passagem dele pelo Espírito Santo resultou em um relatório de quatro páginas.

O autor criticou o sistema de Mobral<sup>5</sup> e alguns órgãos governamentais. Também motivou o questionamento ao regime e a busca de uma “Revolução do Povo”. Foi interpelado por um aluno que questionou como ele poderia repreender o sistema educacional se ensina o povo a ler e, assim, consumir obras do intelectual. Segundo o agente que produziu o relatório, Plínio respondeu com violência e frisou que “O ideal é que todos tivessem um mesmo nível de vida e não uma elite burguesa mais favorecida”.

Em outro momento, um estudante e jornalista questionou porque o escritor aceitou o convite de um órgão do governo, a Fundação Cultural, para vir à Vitória. A plateia esbravejou com a pergunta e Plínio teve que conter os ânimos. Afirmou que não sabia quem estava bancando sua viagem e que veio a convite do movimento estudantil. Assim sendo, ministraria a palestra

---

<sup>5</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985. Visava a alfabetização funcional de jovens e adultos, ensinando leitura, escrita e cálculo.



até mesmo em “um puteiro”.

Plínio falou sobre o excesso de programas americanos na televisão brasileira, das propagandas que apresentavam realidades inalcançáveis para os brasileiros, citando como exemplo os comerciais de cigarros em paisagens belas do Texas e os de carros com mulheres e riqueza. Chegou, após ser questionado, a comentar sobre as publicidades promovidas pelo governo brasileiro, principalmente a que tratava da qualidade da merenda escolar.

“O povo devia sentir vergonha, pois este tipo de propaganda nos mostra a miséria que o país está vivendo. Um povo que põe os filhos na escola para saciar a fome. É uma barganha vergonhosa que o governo faz com a classe menos favorecida. Se em vez de menosprezar o povo em merenda escolas, o ensinasse a plantar faria mais vantagem” (PLÍNIO MARCOS<sup>6</sup>)

Sobre a “liberdade de expressão”, o escritor ratificou que ela foi tolhida pelo AI-5. Ponderou que as escolas educam do modo dos militares e que os professores estão dando aula como o Governo deseja porque precisam garantir seus contratos de emprego para o ano seguinte. Por fim, deu ênfase à censura, atividade que classificou como arbitrária.

“A censura funciona como um braço do culturalismo colonial, efetuando cortes tais que descaracterizam as peças. A classe média por si só é censora. Está em julgamento a liberdade de expressão. A intelectualidade fez conchavo de Gabinete e a frágil classe média se apavora diante da censura. É preciso contestar contra tais tipos de arbitrariedade para que se possa preservar a cultura brasileira” (PLÍNIO MARCOS<sup>7</sup>)

O documento ainda frisa a participação do líder estudantil Paulo Hartung Gomes – que viria a se tornar governador do Estado – no evento. Ele chegou a pedir um aparte para questionar o estudante que havia desafiado o palestrante. Plínio apaziguou os ânimos e afirmou que organizaria um outro seminário para os questionamentos que suscitassem maiores discussões.

Por fim, o relatório assegurou que no auditório estavam, em sua maioria, estudantes de Comunicação da Ufes que foram liberados da aula. Também listou elementos de destaque no Movimento Estudantil, como o próprio Hartung, professor Pedro José Mansur, Haroldo Rocha Correia, Neivaldo Bragatto, Paulo Roberto Fabres, Robson Moreira Fagundes, que na ocasião vendia exemplares do jornal *Posição*, entre outros.

Em 31 de julho de 1975, o DOPS/ES solicitou aos seus subordinados a relação de emissoras de radiodifusão no Espírito Santo. Foram contabilizadas oito: Rádio Vitória; Rádio Capixaba; Rádio Espírito Santo; Rádio Difusora de Cariacica; Rádio Cachoeiro de Itapemirim; Rádio

---

<sup>6</sup> Depoimento transcrito no relatório anexo ao encaminhamento 14/77 da Seção de Informação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo em 26 de novembro de 1977 e enviado aos órgãos de repressão, como o DOPS/ES. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

<sup>7</sup> Idem 79



Difusora de Colatina; Rádio Mimoso do Sul; Rádio Agrotécnica (A Voz da Lavoura), em Santa Tereza. A Rádio Cultura de Linhares é citada em outro documento.

Já em 27 de janeiro de 1978, foi a vez dos impressos. Durante a gestão do governador biônico Elcio Alvares, o Governo solicitou um levantamento de dados de todos os jornais com produção e impressão na cidade de Vitória. Os dados que deveriam ser especificados no relatório eram: composição das diretorias dos principais jornais e revistas e posição ideológica de seus membros; empresa ou grupo que pertence; empresa responsável pela composição da impressão; tiragem; periodicidade; linha editorial defendida no periódico; e outros dados julgados úteis.

O SII-DOPS/ES demorou três meses para levantar todas as informações e enviou a resposta em 20 de abril daquele ano. Porém, os dados eram técnicos, sem nenhuma menção à ideologia dos membros ou da linha editorial de cada publicação. O primeiro a constar na lista foi o jornal *A Gazeta*. Estava discriminada toda composição da diretora, do editor chefe, José Antônio F. da Costa, ao Gerente Comercial, Hélio Dórea. A tiragem do periódico, na época, era de 15 mil a 26 mil exemplares.

As informações eram as mesmas sobre *O Diário*, que tinha como diretor chefe MarienCalixte e vendia de 4.500 a 4.7000 jornais por dia. *A Tribuna* vendia mais que *O Diário*, porém menos que *A Gazeta*, que de acordo com o relatório da repressão, chegava a 10 mil exemplares dia.

Os membros da polícia política ainda registraram os dados de dois jornais com estrutura menor, o *Jornal da Cidade e o Posição*. O primeiro deles era comandado por Djalma Juarez Magalhães e Maria Nilce Magalhães e tinha uma tiragem de 3.800 a 4,500 exemplares. Inclusive, documento de 20 de abril de 1978 do SII-DOPS/ES trata da suposta ligação do casal com o Ministro do Exército, Fernando Belfort Bethlem, por terem sido padrinhos de casamento do filho do militar. Porém, os levantamentos do DOPS constataram que o ministro mal conhecia o casal, tendo visto apenas uma vez. Estes estariam praticando tráfico de influência desejando “fazer crê que priva de intimidade do Ministro do Exército, como nítido propósito de angariar prestígio se não de obter vantagens pessoais”<sup>8</sup>

Já sobre o jornal o *Posição*, a repressão dispunha de menos dados. Sabiam que Rogério

---

<sup>8</sup> Documento de informação nº 68/78 do SII-DOPS em 24 de abril de 1978. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Medeiros e Pedro Maia eram diretores de redação, Jô Amado era redator chefe; Walter A. Pereira, diretor administrativo. Também tinham conhecimento que a impressão ocorria na Gráfica Providência de Nossa Senhora da Conceição, que tinha periodicidade semanal e que a publicação era de Edições de Leitor LTDA. Por ser um periódico alternativo, sua tiragem total, que chegava a 5mil exemplares em algumas edições, todavia, não era de conhecimento das autoridades.

Entidades de classes ou trabalhistas ligadas ao ramo jornalístico também são mencionadas em documentos oficiais da repressão. Uma delas é a Associação Capixaba de Jornais do Interior. O pedido de busca nº 008/82, datada de 19 de fevereiro daquele ano, detalha que há cerca de uma semana foi organizada uma reunião de representantes das cidades de Itapemirim, Serra, Cariacica, Afonso Cláudio e Guarapari. A intenção era criar a associação no final de abril.

Três anos antes, um relatório do Ministério da Marinha registrava a criação em Vitória do Clube dos Repórteres. A entidade surgiu em 1979 e a eleição para a primeira diretoria ocorreu nas dependências do Theatro Carlos Gomes. Duas chapas concorreram, a “União e Luta” e a “Trincheira”, saindo a primeira vencedora do pleito. Com mandato de um ano, a diretoria teria a função de enfrentar a burocracia para registrar legalmente a existência do grupo e dar caráter oficial ao Estatuto, Regime Interno e Código de Ética. Entre as missões principais do Clube dos Repórteres estavam:

Lutar pelo respeito, em todos os níveis, do trabalho dos jornalistas do Estado, se pronunciando publicamente toda vez que a integridade individual ou coletiva da classe for atingida”<sup>9</sup>

O Clube dos Repórteres, portanto, foi criação como reação à perseguição que a classe sofria desde o início da repressão. Atuaria em consonância com o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo e trataria também de questões trabalhistas. Estavam na direção da entidade: Rogério Medeiros, Rossini Amaral, Frederick Brum Vieira, Amylton Dias de Almeida, Victor Martins, Marta Lélis, Gleyce Coutinho, Cleiton Gomes, Milson Henrique e Eustáquio Palhares. Também participaram do pleito Carlos Chernier de Magalhaes, Rita Tristão, Norma Elier, Heloisa Santana, José Heraldo Costa, Joelson Fernandes e José Artur Bórgea.

Por coincidência muitos desses nomes concorreram poucos meses depois à eleição do

---

<sup>9</sup>Documento de pedido de informação nº 03/79 do Ministério da Marinha datado de 22 de fevereiro de 1979. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Sindicato dos Jornalistas, o que mereceu também registro por parte da Secretaria de Segurança Pública. O órgão governamental solicitou um levantamento sobre os históricos políticos e criminais de todos os candidatos à presidência do Sindicato. De acordo com a polícia política, Rogério Medeiros e Rubinho Gomes possuíam “antecedentes que os contraindicavam para fins desejados”.

Mesmo assim, Medeiros assumiu a presidência sindical. Mas a repressão fez questão de fichar todos aqueles que estavam ligados à sua chapa e acompanhar reuniões e outros pleitos da entidade. O jornalista, na época, já era um dos alvos mais recorrentes do sistema repressivo. Segundo Guerra, Rogério Medeiros era um dos profissionais da imprensa que mais incomodava os “revolucionários”. Afinal, ele havia atuado, junto a Jô Amado, no jornal alternativo *Posição*, que mobilizou a classe jornalística, intelectuais e estudantes. Sua vendagem não ocorria em bancas. Nasceu em 1976 especificamente para combater o regime, por isso, a produção de suas reportagens não respeitava a lógica do mercado tradicional. Trazia em sua primeira edição, de 29 de outubro daquele ano, o título “A imprensa independente é a única alternativa”.

## **Conclusão**

Como qualquer sistema autoritário, a Ditadura Militar brasileira primava pela “segurança interna”, como era nomeada pelas corporações militares a função de investigar cidadãos, grupos e movimentos sociais. Um dos principais alvos eram aqueles que questionavam o regime dentro de igrejas, universidades e, principalmente, por meio da imprensa. Durante este período, alguns jornalistas sofreram com a perseguição, dificuldade de arrumar emprego e tiveram seus nomes fichados pelos órgãos de repressão em todo o País. No Espírito Santo não foi diferente.

A atenção dada à categoria ficou evidente ao analisar os recém-liberados documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), um dos mais importantes braços da repressão. Tanto que chegou a ser comandada por Cláudio Guerra, um ex-militar que assumiu ter participado de diversas mortes de presos políticos. Alguns pontos ficaram evidentes a partir da análise dos 129 documentos oficiais: os dossiês sobre as investigações aos profissionais da imprensa realçam que a perseguição aos membros do mercado de informação não atingiu apenas repórteres. Todos poderiam ser alvo, desde os redatores e



colunistas até os donos dos periódicos.

Bastava se mostrar ameaçador para ganhar atenção dos militares. Se achassem necessário, era feito um levantamento do histórico do jornalista, constando dados como: filiação, local de nascimento, ideologia política, ligação com partido político, quais empresas trabalhou e até mesmo o motivo de eventual desligamento de alguma função. Efetivamente, o máximo sobre o passado e o presente do profissional era levantado.

Além disso, nada que saía na imprensa deixava de ser registrado pelo DOPS/ES, desde reportagens consideradas subversivas até a chegada de novos jornalistas no Estado para atuar nas redações. Algumas vezes, como ficou evidente, o órgão de repressão capixaba buscava informações com instituições semelhantes de outros estados, principalmente quando havia suspeita que um profissional estava sendo perseguido ou já tinha tido problemas com os “representantes do Revolução” em outras regiões do País. Até mesmo correspondentes de jornais estrangeiros eram fichados.

Mesmo com um mercado com pouco mais de 80 profissionais na década 1970, segundo dados de alguns relatórios que constam nos arquivos do Estado, mais de 20 dossiês sobre jornalistas de Vitória e adjacência foram produzidos. Além disso, foram elaboradas listas com dados de emissoras de radiodifusão e de jornais impressos no Espírito Santo, o que incluía os periódicos alternativos, pelo DOPS e até mesmo a criação de Clube dos Repórteres do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo eram acompanhadas.

### **Referências bibliográficas**

ANTUNES, Priscila C.B. SNI & ABIN: entre a teoria e prática. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001

JUNIOR, José Carlos Rocha. **No encaço dos companheiros: Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES)**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, v. 15, n. 2, pag. 293-309, 2011

MEDEIROS, Rogério; Guerra, Cláudio; Netto, Marcelo. **Memórias de uma Guerra Suja** – Rio de Janeiro: TopBooks, 2012





## **ARQUIVOS**

*Arquivo Público do Estado do Espírito Santo:*

Caixa 5:BR ESAPEES, DES.0.MSAP.30 30 Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo 23/08/1979 09/07/1982 84 P.

CAIXA 25

BR ESAPEES, DES.0.EEC.3 3 Congresso Nacional de Jornalistas 11/09/1982 15/09/1982 14 P.

CAIXA 27

BR ESAPEES, DES.0.IRA.3 3 Investigações sobre jornalistas, imprensa e radiodifusão. 10/04/1973 03/10/1984 129 P